



Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

Relatório de Actividades

X LEGISLATURA

2005 - 2009

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

Divisão de Recursos Humanos e Administração

Divisão de Gestão Financeira

Divisão de Aprovisionamento e Património

Relatório da X Legislatura

	Índice	Pág.
I	Introdução	4
II	Tarefas e acções desenvolvidas nas áreas de actuação da Divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA)	9
	1. Trabalhadores em efectividade de funções	9
	2. Concursos	10
	3. Alterações de posicionamento remuneratório	10
	4. Rastreios	11
	5. Novos procedimentos decorrentes da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro	11
	6. Processo de acolhimento a Deputados	11
	7. Novo sistema biométrico de controlo de assiduidade e pontualidade	12
III	Tarefas e acções desenvolvidas nas áreas de actuação da Divisão de Gestão Financeira (DGF)	13
	1- Ao nível contabilístico	13
	2- Ao nível de formação profissional	15

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

Índice (Cont.)		Pág.
	3- Ao nível da documentação e divulgação de informação	16
	4- Ao nível das subvenções estatais atribuídas no âmbito das campanhas eleitorais	18
	5- Ao nível do software de gestão	19
IV	Tarefas e acções desenvolvidas nas áreas de actuação da Divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT)	21
	1- Empreitadas	22
	2- Aquisição de bens e serviços	28
	3- Procedimentos de cariz ambiental	31
	4- Instrumentos de controlo interno e de apoio disponibilizados no âmbito do novo regime da contratação pública	35

Relatório da X Legislatura

I - Introdução

1. A acção da Direcção de Serviços Administrativos (DSAF) no decurso da X Legislatura, traduzida nos objectivos executados e nos resultados alcançados, nesse período, pelas Divisões que a integram, a Divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA), a Divisão de Gestão Financeira (DGF) e a Divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT), obedeceu ao quadro legal que está definido (artigos 20º, 21º e 27º da LOFAR e artigos 17º a 20º da RAR nº20/2004, de 16 de Fevereiro) e às linhas estratégicas e de actuação que anualmente lhe foram superiormente fixadas nos Orçamentos da Assembleia da República e nos respectivos Planos de Actividades.

Ressalta-se, em termos gestionários, nas áreas de actuação da DRHA, da DGF e da DAPAT, o aperfeiçoamento da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, através da adaptação e actualização de práticas integradas de gestão e de informação, orientadas por critérios de qualidade, eficácia, eficiência, transparência, rigor, responsabilidade e racionalização de custos, a par de preocupações energéticas e ambientais.

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

Igualmente de relevar as melhorias introduzidas nos sistemas de informação nas áreas administrativa, financeira e patrimonial, com a simplificação e racionalização de procedimentos, de técnicas, de circuitos, de divulgação e desmaterialização de documentos, em simultâneo com um ajustamento a novos métodos e técnicas de trabalho, bem como pelo desenvolvimento dos sistemas de controlo interno e dos sistemas de informação existentes, assumindo destaque neste último particular, a adjudicação da solução SIGAR, em fase final de implementação.

Acresce a optimização conseguida da gestão, manutenção, beneficiação e requalificação coordenada e eficaz das instalações, dos equipamentos e do parque automóvel.

De sublinhar, também, as acções assumidas decorrentes da entrada em vigor do novo regime da Contratação Pública, bem como, na parte aplicável, dos novos regimes de vinculação, de carreiras e remunerações constantes da LVCR e do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, sendo que todo este conjunto de normativos, pela sua produção de efeitos diferida no tempo exigiu um acompanhamento atento e complexo na sua execução, por em muitos casos implicar uma gestão simultânea, não só com a subsistência transitória dos regimes que se pretendem substituir, mas também com a sua adaptação legal à realidade específica da Assembleia da República.

2. Deste modo, com cariz de síntese face aos pontos II, III e IV que se seguem, contendo elementos mais desenvolvidos, são de elencar os aspectos mais relevantes que sobressaíram, ao longo da X Legislatura, nas áreas dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais:

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Execução de uma política de contenção de efectivos, cujos números permaneceram estáveis, potenciando-se, paralelamente, a optimização da gestão dos recursos humanos existentes, através da sua permanente valorização e motivação, quer por uma aplicação criteriosa da avaliação de desempenho, quer de uma formação direccionada às necessidades, quer ainda dinamizando processos de promoção, de alteração do posicionamento remuneratório e de mobilidade do pessoal;
- Adjudicação e entrada em funcionamento, no início de Fevereiro de 2009, do sistema biométrico de controlo de assiduidade e pontualidade do pessoal em funções na AR;
- Implementação plena do POC-AR, a nível contabilístico, o que permitiu o fecho e a prestação de contas de 2006, de 2007 e de 2008, em contabilidade orçamental e patrimonial;
- Análise da execução orçamental, complementada com a análise dos balancetes da contabilidade patrimonial;
- Implementação do Novo Classificador de Receita e de Despesa da AR, a partir de 1 de Janeiro de 2007;
- Desmaterialização de vários processos de R.H., com incidência remuneratória, através da ARNET, bem como desmaterialização de recibos de vencimentos e de comunicações de transferências bancárias, através do correio electrónico;
- Construção de uma base de dados para a compilação dos contributos dos Serviços na elaboração dos OAR;

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Organização e abertura do procedimento concursal para aquisição de um Sistema Integrado de Informação para a AR, respectiva adjudicação e gestão da transição das aplicações existentes para a sua implementação;
- A nível de bens e serviços ainda particular destaque para os procedimentos lançados que conduziram à adjudicação: da prestação de serviço de cópia em regime de outsourcing, da prestação de serviço de refeições na AR e de exploração das cafetarias, do equipamento de captação de imagens de televisão nas salas 7,8 e 9 das Comissões, da prestação do serviço de limpeza na AR e da renovação da frota automóvel da AR em aluguer operacional;
- Em sede de empreitadas concretizadas, pela sua complexidade e importância estratégica registam-se as relativas: à remodelação do AVAC das salas das Comissões dos pisos 6º e 7º do Palácio de S. Bento, a implementação de uma nova tomada de ar novo para o sistema AVAC do Hemiciclo, a de instalação de um novo sistema AVAC (ala do Gabinete PAR) na Cobertura do Palácio de S. Bento, a requalificação dos sótãos no Andar Nobre do Palácio de S. Bento, a do reforço estrutural das lajes de tecto de seis salas do Andar Nobre, a de impermeabilização da cobertura e beneficiação interior do corredor de ligação do Edifício Novo ao Palácio de S. Bento, a da requalificação do espaço designado por “Pombal” no Palácio de S. Bento, a de restauro de vãos de caixilharias e portas no exterior do Palácio de S. Bento, a de remodelação da cozinha e da reestruturação da caixa do elevador nº12 do Palácio de S. Bento, a do reforço estrutural das lajes do tecto das salas 5008,5010,5012,5016 e 5017 e Novo Sistema AVAC da Ala Sul Poente (Andar Nobre do Palácio de S. Bento), a da amplificação do

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

Canal Parlamento – sobreloja, e como as mais emblemáticas, as empreitadas de remodelação da Sala das Sessões da AR, a do seu Reforço Sísmico, a da Clarabóia Exterior da mesma Sala, a de execução das Novas Bancadas para a Sala do Senado e a empreitada em curso de requalificação da cobertura e do reforço sísmico da Sala do Senado.

Especial ênfase é devida à remodelação da Sala das Sessões, tendo esta sido inicialmente desencadeada pela necessidade premente de reformulação do sistema AVAC do Hemiciclo, vindo gradualmente, desde 2006 a ser acrescentada com diferenciados projectos de melhoramento do referido espaço (projectos de arquitectura, estabilidade, de instalação de equipamentos eléctricos, de informática, de sistemas de iluminação, de audiovisual e de voto), traduzindo-se na consecução do objectivo final de, tendo em consideração a nobreza e função daquela Sala, proporcionar a todos os que aí exercem funções, bem como a todos os que aí se deslocam para assistir às sessões plenárias, as melhores condições de funcionalidade, de modernidade técnica e de conforto permitidas pela especificidade e características históricas do Edifício em que se integra.

3. O profissionalismo e a partilha de objectivos e de resultados por todos os dirigentes e funcionários da DSAF, nas respectivas áreas de actuação, associados a atitudes proactivas de antecipação de exigências e de qualidade dos serviços a prestar, a que acresce uma postura de responsabilidade e uma vontade de sempre fazer e servir melhor, foram, seguramente, a alavanca e o motor de toda a acção meritória desenvolvida e executada na X Legislatura.

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

II – Tarefas e acções desenvolvidas nas áreas de actuação da Divisão de Recursos Humanos e Administração (DRHA)

A acção da DRHA ao longo da X Legislatura norteou-se pela execução de uma política de contenção de efectivos, a par da promoção da optimização e da motivação dos recursos humanos existentes, registando-se, assim, em sede da sua gestão, nesse período, dados relativos à evolução de efectivos, aos concursos realizados, às alterações de posicionamento remuneratório ocorridas, bem como se sublinham os rastreios realizados. De ressaltar, ainda, como tarefas que sobressaíram mais recentemente, os novos procedimentos adoptados a nível do processo orçamental e do mapa de pessoal dos SAR, decorrentes da entrada em vigor da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a desmaterialização conseguida com os processos de Segurança Social e Acção Social no âmbito do acolhimento aos Senhores Deputados e a entrada em funcionamento do novo sistema biométrico e de controlo de assiduidade e pontualidade do pessoal em funções na AR. Nestes termos:

1- Trabalhadores em efectividade de funções

Ano	Efectividade de funções	Requisitados	Contratados	
2005	379	12	17	3 a termo e 14 avença
2006	399	14	20	3 em tarefa e 17 avença
2007	401	13	22	3 em tarefa e 19 avença
2008	402	14	17	Avença
2009	396	14	17	7 a termo resolutivo certo e 10 avença

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

Contratos de Trabalho por tempo indeterminado	5	(ano 2008)
--	----------	-------------------

2- Concursos

Internos de Acesso Limitado

Ano	Nº
2005	12
2006	8
2007	20
2008	27
2009	5

Acresce, em 2008, a abertura de 7 procedimentos concursais, 1 para a contratação de 5 trabalhadores a tempo indeterminado e 6 para a contratação de 7 trabalhadores a termo resolutivo certo, sendo que só o primeiro procedimento referido se concluiu a 31/12/08 e os outros 6 em Janeiro de 2009.

3- Alterações de posicionamento remuneratório

Alterações de posicionamento remuneratório (opção gestionária)	153	(ano de 2008)
---	------------	----------------------

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

4-Rastreios

Ano	Nº
2005	1
2006	2
2007	3
2008	2
2009	

– 1.ª edição das Jornadas da Saúde no Parlamento, incluindo 9 rastreios, 3 acções em colaboração com o Grupo Desportivo (caminhada, aulas de dança e tai chi); 1 palestra, 1 colóquio, 1 workshop, 1 acção de sensibilização de socorrismo e 1 doação de sangue.

5- Novos procedimentos decorrentes da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

A partir de 1 de Janeiro de 2009 o quadro de pessoal dos SAR foi substituído por um mapa de pessoal, com a durabilidade de um ano, tendo acompanhado e sido aprovado com o OAR/2009. Nele se incluíram a totalidade do número dos concretos postos de trabalho, ocupados ou a ocupar, respectivas actividades a desenvolver, o cargo ou carreira/categoria que lhes correspondem, as habilitações necessárias ao seu desempenho e a modalidade de vinculação (designadamente em CTTI, CTTRC e em situação de mobilidade).

6-Processo de Acolhimento a Deputados

Desmaterialização de processos relacionados com a Segurança Social e Acção Social, incluindo abono de família.

Este processo ficou englobado no projecto SIGAR.



Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

7-Novo sistema biométrico de controlo de assiduidade e pontualidade

Em Julho de 2008 foi adjudicado o sistema biométrico de controlo de assiduidade e pontualidade do pessoal que exerce funções na AR, o qual entrou em funcionamento no início de Fevereiro de 2009, em período experimental.

O novo sistema automatizado de natureza biométrica manteve-se a funcionar em simultâneo com o registo de assiduidade em livro de ponto.

Após ter-se verificado, decorrido cinco meses de período experimental do novo sistema, que este se encontrava perfeitamente testado e consolidado, decorrendo fluidez na sua utilização, foi determinado em 13 de Julho de 2009, a cessação do registo de horas de entrada e saída nos livros de ponto.

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

III- Tarefas e acções nas áreas de actuação da Divisão de Gestão Financeira (DGF)

A DGF, durante a X Legislatura e no âmbito das suas competências, tendo em conta os objectivos traçados de melhorar a informação produzida nas áreas contabilística e administrativa, a informação necessária à área financeira proveniente dos vários Serviços da AR; bem como ainda os sistemas de informação nas áreas administrativa e financeira, executou e concretizou as seguintes tarefas e acções:

1- Ao nível contabilístico

- Aplicação de um Novo Classificador de Receita e Despesa da Assembleia da República, a partir de 1 de Janeiro de 2005;
- Implementação da centralização do registo diário de facturas;
- Implementação do IVA, em cooperação com a Divisão de Edições – Livraria;
- Regularização dos montantes a repor pelos funcionários beneficiários dos SSMJ;
- Regularização das Guias de reposição, cuja emissão se encontrava em atraso;
- Implementação do POC AR;

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Regularizações fiscais ao nível do IRS relacionadas com as actividades de Cooperação Interparlamentar;
- Determinação de procedimento para as garantias bancárias em depósito na DGF, em colaboração com a DAPAT;
- Implementação plena do POC- AR a nível contabilístico, o que veio permitir o fecho e a prestação de contas de 2006, de 2007 e 2008 em contabilidade orçamental e patrimonial;
- Reformulação dos circuitos relativos a reposições, o que conduziu a uma maior eficiência e eficácia das tarefas com elas relacionadas;
- Colaboração efectiva com a Divisão de Edições no apuramento do valor real dos stocks da Livraria Parlamentar;
- Aperfeiçoamento dos métodos de conferência dos processos de despesa antes da fase do pagamento, profissionalizando esta tarefa que passou a ser executada por funcionários devidamente habilitados, conseguindo-se deste modo dinamizar o processo de fecho de contas e exigindo-se, em simultâneo, a identificação dos funcionários que certificam os documentos;
- Melhoraria dos procedimentos relativos à retenção de IRS nos pagamentos a fornecedores que não constituem empresa;
- Implementação do Novo Classificador de Receita e Despesa da Assembleia da República, a partir de 1 de Janeiro de 2007;
- Aperfeiçoamento das formas de controlo das guias de reposição;
- Aperfeiçoamento das formas de controlo das notas de crédito;

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Regularizações fiscais ao nível do IRS e do apuramento do IVA;
- Definição de métodos na implementação do POC-AR, designadamente no que tange aos lançamentos de aquisição de bens e serviços, abonos a pessoal e fundo de maneo;
- Análise da execução orçamental, acrescida da análise de balancetes da contabilidade patrimonial;
- Automatização do processo de emissão de guias de reposição através da aplicação RH+;
- Desmaterialização das declarações de IRS relativas a 2007;
- Rotatividade de funções na área da conta, autorização e processamento da despesa, com todos os movimentos associados ao POC AR;
- Fecho da Conta de 2006, 2007 e 2008 em contabilidade orçamental e em contabilidade patrimonial ;
- Definição de métodos na implementação do POC-AR, designadamente no que tange os lançamentos de aquisição de bens e respectivos procedimentos ao nível do imobilizado e stocks.

2- Ao nível da formação profissional

- Formação interna e externa dos funcionários da DGF (Iniciação ao GESTOR, GESTOR Avançado, Iniciação ao RH+, Curso para Elaboração de

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

propostas no GESTOR para os diversos Departamentos da AR, Curso de Preparação para Aplicação do Novo Classificador de Receitas e Despesas da AR, Aspectos da Evolução Recente da Legislação Laboral – Implicações da Publicação do DL n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro – Localização das operações Tributáveis em IVA, Inglês, Excel, Secretariado);

- Formação dos funcionários dirigida à contabilidade patrimonial, sendo igualmente extensiva a funcionários de outros serviços, nomeadamente do CINF, da DAPAT e da DE.;
- Formação em RH+ Avançado não só aos novos funcionários da DGF, como a outros funcionários para efeitos de reciclagem;
- Formação aos funcionários da DGF de diversa natureza (Excel, Acess, Comunicação Escrita em Português);
- Continuidade na formação interna e externa dos funcionários da DGF (Arquivo, Contabilidade Patrimonial “on Job”– áreas específicas, OAR 2007, RH+ Fiscalidade, Tesouraria, Vencimentos e outros abonos, Registo de Correspondência, Excel, Word);
- Formação ministrada pela DGF em RH+ avançado.

3- Ao nível documental e divulgação de informação

- Criação do Arquivo documental e informático da Divisão de Gestão Financeira (inexistente à data, encontrando-se disperso pelos funcionários da Divisão);
- Criação de uma nova Página da DGF na INTRANET e manutenção da respectiva actualização;



Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Digitalização de abonos e descontos de Deputados relativo aos anos de 1975 a 1990, o que permitiu uma maior celeridade na resposta a pedidos de informações desta natureza;
- Implementação de Novo Método de Arquivo da Conta de Gerência;
- Desmaterialização dos recibos de vencimento através do respectivo envio por correio electrónico;
- Desmaterialização das comunicações de transferências bancárias através de correio electrónico;
- Desmaterialização de alguns processos através da ARNET – Trabalhos em dias de descanso semanal e feriados e recuperação de vencimento de exercício;
- Desmaterialização dos recibos de vencimento dos membros da CNPMA e CFSI, através do respectivo envio por correio electrónico;
- Desmaterialização das comunicações de transferências bancárias através de correio electrónico;
- Consolidação do processo de implementação de pagamentos por referência Multibanco, conseguindo-se uma simplificação de procedimentos na relação institucional entre a DGF e o exterior e vice-versa;
- Elaboração de um Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros;

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Implementação do Manual de Procedimentos da DGF.

4- Ao nível das subvenções estatais atribuídas no âmbito das campanhas eleitorais

- Consolidação dos cálculos para Subvenções para as campanhas autárquicas, legislativas regionais e legislativas nacionais;
- Ajustamento das verbas transferidas para efeitos de atribuição de subvenções no âmbito das eleições autárquicas de 2005;
- Ajustamento das verbas transferidas para efeitos de atribuição de subvenções no âmbito das eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de 2005;
- Ajustamento das verbas transferidas para efeitos de atribuição de subvenções no âmbito das eleições legislativas regionais da Madeira 2007;
- Ajustamento das verbas transferidas para efeitos de atribuição de subvenções no âmbito das eleições legislativas regionais do Açores 2008
- Elaboração de informações relativas ao suporte legal que fundamenta o financiamento das campanhas eleitorais de 2009, concretamente, legislativas, autárquicas e para o Parlamento Europeu;
- Realização dos cálculos necessários para a atribuição das subvenções para as campanhas eleitorais de 2009- legislativas, autárquicas e para o Parlamento Europeu.

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

5- Ao nível de software de gestão

- Aquisições do SPID à GEDI – Aplicação para deslocações de forma a suprir as necessidades e exigências actuais, uma vez que se encontram a ser utilizadas Folhas de Cálculo de Excel, o que torna menos fiável e eficaz todo este trabalho, tendo em consideração o volume de deslocações praticado na AR;
- Desenvolvimentos ao nível do GESTOR, indispensáveis a um melhor aproveitamento desta aplicação e com o objectivo de extrair e potenciar uma maior e melhor informação financeira;
- Lançamento no segundo semestre de 2005 das acções conducentes à aquisição de um sistema integrado de informação com o objectivo de implementação do POC AR em 2006;
- Implementação plena do SPID, (aplicação da GEDI), destinada às deslocações ao estrangeiro e em território nacional, com os necessários ajustamentos decorrentes das especificidades da Assembleia da República;
- Importação das presenças dos Deputados aos trabalhos parlamentares da aplicação GODE – Gestão dos Órgãos e Deputados Eleitos – desenvolvida pelo CINF, para a aplicação RH+, para efeitos de processamento de ajudas de custo, com vista a permitir um processamento destes abonos mais rápido e eficiente, evitando a acção de lançamento e posterior conferência e o que reduz a margem de erro;
- Elaboração de um caderno de encargos tendo em vista o lançamento do concurso para aquisição de um Sistema Integrado de Informação;



Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Acesso informático às folhas digitalizadas de remunerações a Deputados relativas aos anos de 1975 a 1992 tendo em vista a obtenção dos abonos e descontos dos Senhores Deputados para a instrução de processos relativos à aposentação;
- Construção de uma base de dados para compilação dos contributos dos diversos serviços da AR para o OAR2008;
- Optimização da aplicação SPID;
- Optimização do Módulo de POCP do Gestor
- Gestão da transição para a implementação do Sistema Integrado de Gestão das aplicações existentes;
- Gestão e coordenação na implementação da solução do SIGAR adjudicada.

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

IV- Tarefas e acções desenvolvidas nas áreas de actuação da Divisão de Aprovisionamento e Património (DAPAT)

A DAPAT, no decurso da X Legislatura, circunscreveu a sua actuação no âmbito de três programas de acção, que se traduziram no essencial, o primeiro, no incremento da qualidade e eficiência nas suas áreas de intervenção, através de uma constante atitude de vigilância em situações eventualmente problemáticas, procurando a sua resolução por antecipação e aumentando a rapidez e eficácia na correcção dos problemas surgidos; o segundo, dando resposta às requisições de bens móveis e consumíveis com a inerente gestão de stocks, incluindo a manutenção e actualização de um inventário de bens móveis e imóveis da AR, e em particular, garantindo a satisfação das solicitações formuladas e, em simultâneo, das que impunham uma intervenção nos imóveis da AR e respectivas infraestruturas, bem como ainda providenciando a abertura e dando sequência a procedimentos de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, respectivo acompanhamento/fiscalização, na perspectiva da manutenção, beneficiação e requalificação continuadas do património da AR; o terceiro, reajustando a Divisão por grandes áreas, com a adopção de acções de formação específicas à optimização do desempenho das funções atribuídas em razão das matérias, tendo essencialmente como áreas – alvo, para além das ligadas à engenharia e à arquitectura, a gestão do património, a gestão orçamental, a contabilidade pública, o direito administrativo e o novo regime de contratação pública.

Elencam-se de seguida apenas as empreitadas e as aquisições de bens e serviços que, concretizadas desde Março de 2005, se consideram mais relevantes, quer do ponto de vista da sua complexidade e importância estratégica, quer do ponto de vista financeiro.

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

1- EMPREITADAS

1	Descrição	Empreiteiro	Tipo de Procedimento	Custo S/IVA
2	Obras de Reparação de uma Asna da Cobertura da Sala do Senado	STAP – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, SA	Ajuste directo sem consulta.	34.273,10
3	Empreitada de Remodelação do AVAC das Salas das Comissões dos pisos 6º e 7º do Palácio de S. Bento	Efacec Ambiente, S.A.	Concurso Público	262.179,03
4	Requalificação de sótãos no Andar Nobre do Palácio de S. Bento	Engibuilt - Construções, Lda.	Concurso Público	373.000,00
5	Beneficiação das Coberturas do Corredor do Senado (Apoio de C. Civil à reparação da pintura mural dos tectos) - Andar Nobre do Palácio de S. Bento	Engibuilt - Construções, Lda.	Concurso limitado sem publicação de anúncio	122.481,86
6	Obras de reforço	H Tecnic-	Concurso	190.081,02

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

	estrutural das lajes de tecto de seis salas do Andar Nobre	Construções, Lda.	Público	
7	Obras de Beneficiação e Pinturas dos Corredores da Cafetaria e Correios	Construções Borges & Cantante Lda.	Ajuste directo com consulta	24.800,64
8	Obras de Beneficiação do Corredor das Telefonistas - R/chão do Palácio de S. Bento	Naesteira – Sociedade de Urbanização e Construções, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	48.560,23
9	Empreitada de Obras de Construção de Plataformas de Vigilância Especial (GOE/PSP) Cobertura do Palácio de S. Bento	BRERA, Sociedade de Construções e Representações, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	53.234,68
10	Empreitada de impermeabilização da cobertura e beneficiação interior do Corredor de Ligação do Edifício	Naesteira – Sociedade de Urbanização e Construções, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	116.916,76

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

	Novo ao Palácio de S. Bento			
11	Empreitada de Beneficiação da escada interior no corredor dos Gabinetes do PAR	Gil Alves da Silva, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	41.468,47
12	Empreitada de Obras de beneficiação da envolvente exterior (fachadas e coberturas) da Casa Amarela	Engibuilt - Construções, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	68.773,93
13	Empreitada de alteração da cobertura do Gabinete de Secretariado da Sr.ª Secretária-Geral	Xavieres, Obras Públicas e Construções Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	21.856,83
14	Empreitada de Montagem de mastro de bandeira acima do Frontão, incluindo alçapão e escada metálica de acesso - Palácio de S. Bento	Ferrindal, Indústrias de Alumínio e Ferro, Lda.	Ajuste directo com consulta	22.450,00

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

15	Empreitada de Requalificação do espaço designado por Pombal no Palácio de S. Bento	HCI - Construções, S.A./H Tecnic Construções Lda.	Concurso Público	498.513,19
16	Empreitada de Restauro de Vãos de Caixilharia e Portas no exterior do Palácio de S. Bento	HCI - Construções, S.A./H Tecnic Construções Lda.	Concurso Público	304.279,55
17	Implementação de uma nova tomada de ar novo para o sistema AVAC do Hemiciclo	Naesteira, Sociedade de Urbanização e Construções, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	121.025,63
18	Empreitada de obras de beneficiação dos Gabinetes do Secretariado e Conselho de Administração - Salas 4050 e 4051, Sobreloja do Palácio de S. Bento	I & J Gessos Decorativos, Lda.	Ajuste directo com consulta	22.951,00
19	Instalação de um Novo Sistema AVAC (Ala do Gabinete do PAR)	HCI - Construções, S.A./H Tecnic Construções	Concurso Público	248.924,60

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

	na Cobertura do Palácio de S. Bento	Lda.		
20	Empreitada de Requalificação das instalações dos Auxiliares Parlamentares da Assembleia da República	Engibuilt - Construções, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	89.577,20
21	Empreitada de Execução das Novas Bancadas para a Sala do Senado	Mateus & Irmãos, Lda.	Concurso limitado sem apresentação de candidaturas	38.500,00
22	Empreitada de Remodelação da Cozinha e de Reestruturação da Caixa do Elevador n.º 12 do Palácio de S. Bento	HCI, Construções, S.A.	Concurso Público	462.496,64
23	Reforço estrutural das lajes de tecto das Salas 5008, 5010, 5012, 5016 e 5017 e Novo Sistema AVAC da Ala Sul Poente - Andar Nobre do Palácio de São	HCI, Construções, S.A./H-Tecnic – Construções, Lda.	Concurso Público	498.815,49

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

	Bento			
24	Empreitada de Remodelação da Sala das Sessões da Assembleia da República	HCI, Construções, S.A.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	2.930.450,60
25	Empreitada de Remodelação da Galeria e dos Pisos 4 e 6 do Edifício D. Carlos I.	Engibuilt - Construções, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	115.281,91
26	Empreitada de Beneficiação do Refeitório dos Frades - Palácio de S. Bento	Engibuilt - Construções, Lda.	Ajuste directo com consulta	13.721,06
27	Empreitada de obras de ampliação do canal parlamento - Sobreloja	Naesteira, Sociedade de Urbanização e Construções, Lda.	Concurso Limitado sem publicação de anúncio	108.944,46
28	Empreitada de Recuperação Funcional, Limpeza e Conservação da Fonte do Claustro do Palácio de S. Bento	H-Tecnic - Construções, Lda.	Ajuste directo com consulta	19.995,00

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

29	Empreitada de Reforço Sísmico da Sala das Sessões do Palácio de São Bento	HCI, Construções, S.A.	Ajuste directo sem consulta	819.500,81
30	Empreitada de Remodelação da Clarabóia Exterior da sala das Sessões do Palácio de São Bento	HCI, Construções, S.A.	Ajuste directo sem consulta	137.539,00

2- AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1	Descrição	Empresa	Tipo de Procedimento	Custo S/IVA
2	Coordenação do Projecto Editorial "Grandes Oradores"	Prof.ª Zília Maria Brandão de Castro	Ajuste Directo	65.000,00
3	Prestação do Serviço de Cópia em Regime de <i>Outsourcing</i>	Beltrão Coelho, S.A.	Concurso Público	854.280,00
4	Elaboração de Parecer sobre Segurança Sísmica do palácio de São Bento	LNEC	Ajuste Directo	137.000,00

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

5	Prestação do Serviço de Refeições na Assembleia da República e Exploração das Cafetarias	ICA, Indústria e Comércio Alimentar, SA	Concurso Público	434.260,32
6	Solução de Integração das Aplicações do Sistema de Debates Parlamentares e das Bases de Dados do Arquivo Histórico e do Arquivo Audiovisual	Universidade de Aveiro	Ajuste Directo	55.500,00
7	Prestação do Serviço de OMG ao Sistema de Comunicação de Voz da AR	PT Prime	Concurso Limitado sem Prévia Qualificação	54.971,40
8	Projecto de Reabilitação Global da Cobertura da Sala do Senado	A2P, Consult – Estudos e Projectos, Lda.	Concurso Limitado sem Prévia Qualificação	55.000,00
9	Fornecimento de um Sistema Integrado de Gestão Dedicado à AR (SIGAR)	Quidgest, Consultores de Gestão, Lda.	Concurso Público	347.880,00

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

10	Fiscalização da Empreitada de Remodelação da Sala de Sessões do Palácio de São Bento	A2P, Consult – Estudos e Projectos, Lda.	Ajuste Directo	62.445,00
11	Prestação de Serviços Técnicos Vocacionados para Crianças até 3 Anos na Creche da Assembleia da República	Proeduca, Lda.	Procedimento por Negociação	51.100,00
12	Aquisição de Equipamento de Captação de Imagens de Televisão nas Salas 7, 8 e 9 das Comissões	Amperel, Electrónica Industrial, SA	Concurso Público	1.096.584,93
13	Prestação do Serviço de Limpeza na AR	Conforlimpa Tejo – Limpezas Industriais, SA	Concurso Público	538.404,24
14	Renovação da Frota Automóvel da Ar em Aluguer Operacional	Plurirent – Serviços de Aluguer, SA	Procedimento por Negociação	736.037,76

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

15	Aquisição do Sistema Automático para Registo e Controlo da Assiduidade e Pontualidade do Pessoal da AR	Bioglobal, SA	Procedimento por Consulta Prévia	16.925,00
16	Projecto Editorial “Presidentes do Parlamento”	CEPESE (Universidade do Porto)	Ajuste Directo	120.000,00

3- Procedimentos de cariz ambiental

De sublinhar, ainda, alguns dos procedimentos de cariz ambiental que, no decurso da X Legislatura, foram colocados em prática na Assembleia da República:

- Aquisição de equipamentos tendo em consideração preocupações energéticas (por exemplo, os equipamentos de ar condicionado são sempre das classes A ou B);
- A nova frota automóvel da Assembleia da República foi também escolhida, tendo em consideração as emissões de CO2 das viaturas, as quais aliás eram valoradas como critério de adjudicação;



Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Decorre neste momento ao procedimento de certificação energética dos edifícios da Assembleia da República, no âmbito da qual se fará um estudo de redução de consumos e se avaliará a qualidade do ar ambiente;
- Procedeu-se já, de qualquer forma, a uma avaliação integral da qualidade do ar em todos os edifícios da Assembleia da República, a qual foi levada a cabo pelo Centro de Saúde Ambiental e Ocupacional do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, da qual resultaram relatórios que, não obstante reflectirem, de forma geral, a boa qualidade do ar nos espaços do Parlamento;
- Prevê-se ainda para este ano o lançamento de procedimento para elaboração de inventário de emissão de gases relacionada com as instalações e actividades da Assembleia da República e respectivo plano de redução e acompanhamento;
- Continua a decorrer um programa de substituição de lâmpadas existentes por lâmpadas de baixo consumo (v. g. o Candelabro da Escadaria Nobre e a Biblioteca). Neste momento, mais de 2/3 das lâmpadas se encontram trocadas. Por outro lado, todos os projectos que envolvam iluminação têm em consideração critérios de poupança de energia (vd., por todos, o novo sistema de iluminação da Sala das Sessões, que permitiu, relativamente ao que o antecedeu, poupar cerca de 50% de energia);

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Foram aplicados detectores de movimento em todos os WC do Novo Edifício e do Edifício D. Carlos, enquanto que no Palácio cerca de 2/3 estão colocados;
- A empreitada de restauro das caixilharias e portas exteriores do Palácio de S. Bento obedeceu a critérios de poupança de energia, procurando não apenas a preservação da componente arquitectónica, mas igualmente a prevenção de perda de energia para o exterior do edifício;
- Foi desmantelado o depósito de gasóleo e nafta existente, há anos, no piso técnico sob o Plenário e substituído por depósito de gasóleo menos poluente;
- Encontra-se já em fase final de análise de propostas, em colaboração com o INETI, a adjudicação da elaboração de projecto de engenharia para execução do sistema de climatização do Palácio de São Bento baseado em energia solar térmica;
- Realizaram-se acções de sensibilização junto das empresas que garantem os serviços de limpeza e de fornecimento de refeições, no sentido de a recolha e tratamento de resíduos obedecer a critérios ecológicos;
- Encontra-se em curso um projecto de substituição, no Palácio e no Novo Edifício, das torneiras existentes por torneiras com temporizador,

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

distribuindo-se pelas instalações sanitárias autocolantes com vista à sensibilização dos utentes para a poupança de água e luz;

- Continuam a adquirir-se recipientes individualizados para recolha selectiva de lixos;
- Os documentos dos concursos lançados exigem o cumprimento estrito das normas ambientais em vigor;
- Neste momento, cerca de 80% do papel utilizado na Assembleia é papel reciclado, estando em fase de implementação o Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República (SIGAR), que permitirá a desmaterialização de inúmeros procedimentos e, conseqüentemente, a poupança de papel;
- Prosegue o programa de instalação de sistemas de AVAC nos edifícios da Assembleia, nomeadamente no Palácio de São Bento, de cariz centralizado e com sistemas de arrefecimento a água, de acordo com as normas ambientais em vigor, em geral, e no quadro de um Plano Director de AVAC para a Assembleia da República existente desde 2006.

Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

4- Instrumento de controlo interno e de apoio disponibilizados no âmbito do novo regime da contratação pública.

Em consequência da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, tendo em consideração que a forma de aquisição de bens e serviços existente na Assembleia da República não configura um modelo centralizado e que as soluções consagradas no novo regime são, em determinados aspectos, de difícil aplicação no quadro específico parlamentar, a DAPAT promoveu a disponibilização de uma série de instrumentos de controlo interno e de auxílio às unidades orgânicas adquirentes, designadamente no âmbito das formas mais comuns de contratação. Assim:

- Elaboração e publicitação, em **arnet**, das linhas mestras do novo regime da contratação pública, nas quais, entre outros aspectos, se descrevem, passo a passo, as acções a desenvolver na fase de formação do contrato de cada um dos procedimentos previstos no CCP;
- Elaboração e publicitação, em **arnet**, de um guia para ajustes directos de bens e serviços, no qual, para além de serem explicitados todos os passos para a contratação através de ajuste directo, são disponibilizados modelos de todos os documentos a utilizar ao longo do *iter* processual;
- Desenvolvimento, em colaboração com o Centro de Informática, de uma base de dados destinada a controlar os *plafonds* a que, no quadro do CCP, estão sujeitas as contratações de empreitadas e de bens e serviços através de ajuste directo;



Direcção de Serviços de Administrativos e Financeiros

- Desenvolvimento, em colaboração com o Centro de Informática e nos termos do Despacho n.º 27/SG/2008, de 4 de Novembro, de um sítio dedicado à contratação pública no portal *internet* da Assembleia da República, no qual são publicitados todos os procedimentos concursais que, nos termos da lei, devam ser publicados em Diário da República e ainda todos os ajustes directos, com excepção dos celebrados ao abrigo do regime simplificado previsto nos artigos 128.º e 129.º do CCP;
- Elaboração e desenvolvimento, em colaboração com o Centro de Informática, de procedimento para contratação de uma plataforma electrónica de contratação pública, a implementar até ao dia 30 de Julho de 2009, nos termos do estatuído no mencionado CCP.

DSAF, em 15 de Setembro de 2009